



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
GABINETE DA PREFEITA

LEI N. 241, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Em cumprimento ao Art. 10-D, da Lei Orgânica Municipal.

Certifica-se que este ato:

foi PUBLICADO no mural de avisos da Prefeitura Municipal
de Brasil Novo.

em 16 de 12 de 16.

Paulo Barboza dos Santos
Decreto Nº 451/2015
Chefe de gabinete

Institui o Plano Municipal de Mudanças do Clima do Município de Brasil Novo e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL:

Faço saber que a Câmara Municipal de Brasil Novo, Estado do Pará, aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Mudanças Climáticas de Brasil Novo - PMMC/BN, aprovado na 2ª Reunião Ordinária do Fórum de Mudanças Climáticas de Brasil Novo, nos termos do Anexo Único, parte integrante desta lei, baseado no Plano Nacional de Mudanças Climáticas – PNMC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Brasil Novo, Estado do Pará, aos 15 dias do mês de dezembro de 2016.

MARINA RAMOS SPEROTTO
Prefeita Municipal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

PLANO MUNICIPAL DE MUDANÇAS DO CLIMA
DO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PARÁ

Setembro de 2016
Brasil Novo – Pará



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

MARINA RAMOS SPEROTTO
Prefeita Municipal

GERALDO LORENZONI JÚNIOR
Vice-Prefeito

ZELMA LUZIA DA SILVA CAMPOS
Secretária Municipal de Meio Ambiente

FERNANDO ROCCA DE ARAÚJO
Secretário Municipal de Agricultura

MÁRCIO KLEBER CAETANO LAGARES
Secretário Municipal de Transporte e Manutenção

SORAIA SCHNEROFF
Secretária Municipal de Trabalho e Promoção Social

NOEDSON CARVALHO PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde

OTONIEL DE SOUSA COSTA
Secretário Municipal de Educação

msperotto



1. INTRODUÇÃO

Este documento estabelece o conjunto de ações do Governo do Município de Brasil Novo, Estado do Pará e Sociedade Civil Organizada, parceira do plano, para fazer frente ao aquecimento global, de maneira local, do bioma Amazônico, sob domínio do município. Na sua implantação o **Plano Municipal de Mudanças do Clima de Brasil Novo - Pará** (PMMC-BN/PA) elenca um conjunto de dezenove ações que cobrem um período de execução de cinco anos (setembro de 2016 a setembro de 2021).

A mudança global do clima é um dos mais significativos desafios da atualidade. O Plano Municipal sobre Mudança do Clima pretende incentivar o desenvolvimento das ações de Brasil Novo, colaborativas ao esforço nacional e mundial de combate ao problema e criar as condições locais para o enfrentamento de suas consequências.

O Plano se apoia fortemente no entendimento de que somente a consolidação de alternativas econômicas sustentáveis, será capaz de perenizar a queda das taxas de mudança do clima e alavancar um novo paradigma produtivo, além de trazer para a regularidade os empresários, produtores rurais e todas as atividades que de alguma maneira contribuem para o aumento da temperatura e aquecimento.

2. CARACTERÍSTICAS DO AQUECIMENTO

A colonização da Amazônia tem sido marcada pela degradação de seus recursos naturais, sobretudo, com o desmatamento de suas áreas de florestas. Esse estresse ambiental deve-se ao modelo de desenvolvimento imposto pelo governo, embora tenha gerado riquezas, a expansão econômica da Amazônia, que segue o mesmo padrão agroexportador implantado em outras regiões do País, também causou desequilíbrios, resultando em drásticos impactos ligados à questão fundiária, ao desmatamento e queimadas (IDESP, 2011).

São vários os fatores que tem contribuído para o aquecimento, tais como o incentivo dos desflorestamentos para receber os títulos de terra sem qualquer conhecimento da maneira adequada, a pecuária em médias e grandes propriedades, agricultura, principalmente culturas como a soja, produção madeireira, em sua maioria, ilegal.

A mudança do clima é o resultado de um processo de acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera, que está em curso desde a revolução industrial. Desde então, esse efeito vem se agravando assustadoramente e causando efeitos negativos em todos os âmbitos da sociedade.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

Apesar de apresentar uma redução considerável da taxa de desmatamento e consequente melhora do clima, o estado do Pará lidera o ranking com 45% do desmatamento da região amazônica, com 5 municípios entre os 10 mais desmatados da região (HAYASHI *et. al.*, 2012). O desmatamento acarreta diversos problemas, como a perda de biodiversidade, as emissões de gás carbônico, de metano e de outros gases causadores de efeito estufa, aumentando assim o aquecimento e causando a diminuição de territórios de populações que tradicionalmente habitam a floresta.

Com isso, desde 2007, o município de Brasil Novo - PA, consta na “Lista dos municípios amazônicos prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal”, a qual recebe esse nome uma vez que nesses municípios serão priorizadas as medidas de integração e aperfeiçoamento das ações de monitoramento e controle de órgãos federais, o ordenamento fundiário e territorial e o incentivo a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis, essa lista também é simplesmente chamada de lista dos municípios desmatadores, que foi instituída pelo MMA, com o objetivo de coibir o avanço do desmatamento ilegal na Amazônia. Até 2012, o Município perdeu 258.876,69 hectares, correspondendo a 40,66% da área territorial do Município.

Nesse contexto que ganhou fôlego um novo conceito de desenvolvimento local, os municípios verdes, nos quais progresso econômico e inclusão social aliam-se à preservação do meio ambiente, privilegiando atividades produtivas sustentáveis. Essas características estão na essência de um município verde, que se caracteriza por desenvolver atividades produtivas sustentáveis com baixa emissão de carbono e alta responsabilidade socioambiental. O município verde estimula: (i) a governança local para ampla gestão municipal do meio ambiente; (ii) o manejo florestal; (iii) a intensificação da agropecuária e do reflorestamento; (iv) o uso sustentável e a conservação das funções ecológicas das florestas e remanescentes; e (v) a recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal (Guimarães *et al.* 2011). O município de Brasil Novo possui uma extensão territorial de 636.687,85 ha, onde 155.645,80 ha compõe 1 (uma) terra indígena, restando dessa forma 481.042,05 ha.

mpesperotto



3. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA DO PLANO

As características do aquecimento, apresentadas acima, mostram que o desafio do combate a este fenômeno, deve se ater a ações que criem condições para a mudança efetiva do paradigma de desenvolvimento com diminuição do aquecimento, ou seja, de maneira sustentável. Para que a mudança ocorra é necessário que todos os atores firmem um pacto em torno do quádruplo compromisso de:

- 1) reduzir o aquecimento progressivamente, colaborando também com os esforços do Estado para a redução nacional do aquecimento na Amazônia, em consonância com o PNMC (Plano Nacional de Mudanças do Clima).
- 2) consolidar a manutenção dos remanescentes florestais do município, garantindo a proteção estrita onde é necessária e conciliando o uso racional e de menor impacto dos recursos onde é viável e desejável;
- 3) nas áreas de consolidação de atividades produtivas clássicas (agricultura, pecuária e madeira), melhorar os sistemas produtivos por intermédio do aporte de conhecimento, tecnologia, inovação, assistência técnica, financeira e fiscal, a fim de lhes tornar mais sustentáveis, econômica, social e ambiental;
- 4) Propor alternativas de desenvolvimento econômico e de inclusão social onde o uso dos recursos naturais substituam atividades historicamente inadequadas ao crescimento econômico duradouro, à inclusão social e à manutenção do equilíbrio do patrimônio natural.

Dentre as razões para se estabilizar a cobertura florestal de forma elevada, ressalta-se o fato de que florestas captam o carbono, cujo estoque na vegetação e no solo dá-se pela remoção de CO₂ da atmosfera por meio do processo de fotossíntese.

4. ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES

Nos seus três primeiros anos o gestor do Plano deverá distribuir geograficamente suas ações levando em consideração dois critérios:

- conter o aquecimento nas áreas do município com índices críticos: a localidade prioritária para aplicação das ações ao longo dos três primeiros anos deverá ser definida no planejamento detalhado deste Plano e em comum acordo entre os gestores do Plano e seus parceiros;
- prevenção do aquecimento nas áreas do município cuja análises apontem risco de vazamento: como acima, esta definição para aplicação das ações ao longo dos três

Resperatto



primeiros anos deverá ser definida no planejamento detalhado deste Plano e em comum acordo entre os gestores do Plano e seus parceiros;

5. ESTRATÉGIAS

É estratégico promover a integração de muitas ações já desenhadas e planejadas nos diferentes órgãos de governo e nas parcerias destes com a sociedade civil organizada. Este é o principal objetivo deste Plano Municipal de Mudanças do Clima de Brasil Novo - Pará.

Duas são as vertentes principais que se apresentam: a difícil tarefa de equacionar a questão das mudanças do uso da terra com suas implicações de grande magnitude nas emissões de gases de efeito estufa e a instigante tarefa de aumentar continuamente a eficiência no uso dos recursos naturais do Município.

Desta forma, como diretriz geral o PMMC-BN/PA busca organizar as ações dos principais programas e/ou estratégias de governo onde eles tocam na questão do aquecimento, seja de forma direta ou indireta. Entres estes programas está o projeto do **Fórum Municipal de Mudanças Climáticas de Brasil Novo-PA.**

As ações estão organizadas em **três eixos** principais, a saber:

- 1. Conscientização da importância da diminuição do aquecimento:** define e elenca as ações prioritárias para consciência da população no município;
- 2. Fomento às Atividades Sustentáveis:** define e elenca o conjunto de ações que devem incentivar a adoção de novos modelos econômicos, contribuindo assim para a mudança de paradigma do desenvolvimento e, portanto, prevenindo o aquecimento;
- 3. Monitoramento e controle:** define e elenca as ações fundamentais para melhoria da eficiência do controle do aquecimento no município.

6. METAS/ATIVIDADES POR EIXO ESTRATÉGICO

6.1. Conscientização da importância da diminuição do aquecimento

Atividade 1 – Formalizar Termos de Cooperação Técnica com órgãos e sociedade civil organizada.

Atividade 2 – Implementar campanhas, a nível municipal, para conscientizar sobre a importância da diminuição do aquecimento.

Atividade 3 - Disponibilização das informações para os agentes locais.

Atividade 4 – Fazer estudos mostrando indicadores das causas e efeitos do aquecimento.



6.2. Fomento às atividades sustentáveis

Atividade 1 – Oficinas que informem e incentivem o desenvolvimento econômico de maneira sustentável.

Atividade 2 - Identificação das Propriedades e Áreas do município mais afetadas pela degradação ambiental.

Atividade 3 – Realizar intercâmbio de economias sustentáveis consolidadas com empresários e produtores rurais para trocas de experiências.

Atividade 4 – Criar e implementar ações de comunicação aos produtores dos modelos técnicos e econômicos para a recuperação das áreas de reserva legal com plantio de espécies nativas e/ou exóticas.

Atividade 5 – Recuperar e/ou reflorestar de forma massiva as áreas degradadas do município, possibilitando o desenvolvimento econômico sustentável da região.

Atividade 6 – Fomentar a construção de indicadores técnicos para subsidiar a elaboração de projetos de fomento a atividades produtivas sustentáveis.

Atividade 7 – Elaborar e divulgar procedimentos técnicos para elaboração e avaliação de planos de manejo e projetos para fins de licenciamento ambiental.

Atividade 8 – Disseminar experiências já consolidadas de propriedades sustentavelmente ativas.

Atividade 9 – Fortalecer os arranjos produtivos já consolidados na região, com inserção de novas tecnologias para o melhor aproveitamento de área.

6.3. Monitoramento e Controle

Atividade 1 – Capacitação de agentes locais para o monitoramento através de parceiras com instituições especialistas em tecnologia de geoprocessamento.

Atividade 2 - Aprimorar e disponibilizar aos usuários, em linguagem acessível, normas e procedimentos de licenciamento adequados às diferentes categorias de manejo florestal (industrial, comunitário, familiar, madeireiro e não-madeireiro).

Atividade 3 – Criar mecanismos de transparência para as informações resultantes das atividades de fiscalização e atos posteriores.

Atividade 4 – Estabelecer um sistema de integração e gestão de informações entre os órgãos responsáveis pelas atividades de controle.

M. Sperotto



Atividade 5 – Realizar um plano de comunicação no âmbito da educação ambiental, visando à conscientização dos produtores às atividades desenvolvidas pelo PMMC-BN/PA.

Atividade 6 – Instalação do PREVFOGO no município, capacitação da população urbana e especialmente rural, para brigadista, e cursos específicos de como fazer um aceiro corretamente e etc.

Atividade 7 – Realizar campanhas de prevenção contra incêndios clandestinos, urbanos e rurais, no decorrer do ano.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 12.187 de 29 de Dezembro de 2009. **Lei que Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.**

Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará. Perfil da gestão ambiental dos municípios paraenses: programa municípios verdes, Belém-PA: IDESP, 2011. 45 p. (**Relatório Técnico**).

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Municípios Verdes: caminhos para a sustentabilidade.** Belém, PA: Imazon, 2011.

GUMIMARÃES, J.; VERISSIMO, A.; AMARAL, P.; DEMACHKI, A. **Municípios verdes: caminhos para a sustentabilidade.** Belém: IMAZON, 2011, 154p.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Transparência florestal: Amazônia Legal.** Imazon, janeiro de 2012.